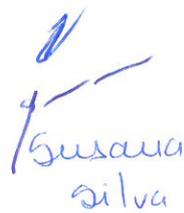


Assembleia Municipal de Mêda

Mandato 2013/2017

Ata número dois

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mêda, realizada
no dia vinte e nove de dezembro de dois mil e dezassete


Susana
Silva

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete, e em cumprimento do disposto no artigo quadragésimo quinto da Lei número cento e sessenta e nove de mil novecentos e noventa e nove, de dezoito de setembro, com a redação dada pela Lei número cinco-A de dois mil e dois, de onze de janeiro, reuniu nos Paços do Concelho do Município de Mêda, a Assembleia Municipal de Mêda, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Senhor João Jorge Ferreira Lourenço, coadjuvado pelo Senhor António Óscar Dias Amaral Sampaio, Primeiro Secretário.-----

O Senhor Presidente da Assembleia, declarou aberta a Sessão, verificando-se estarem presentes os seguintes Deputados Municipais:-----

Cláudio Jorge Heitor Rebelo, José Augusto Heitor Fonseca, Miguel Ângelo Almeida Will, Pedro Miguel Soeiro Lourenço, António Carlos Proença Simão de Almeida, Paulo Jorge de Lemos Amaral, Fernando Manuel Sérgio Jesus, Hermínio José Costa Albino, Lúcio Augusto Pimentel Lourenço, Antero Augusto Gomes Martins, Vítor Manuel Tomé Almeida, António Norberto Rodrigues Tairum, Luís Miguel Pires Marinho, Jorge Miguel Graça Lourenço, Pedro Alexandre Amaral Ribeiro, Vítor Manuel Almeida Gomes, Mauro dos Santos Amado Frade, Joaquim António Rebelo Santos e Artur Paulo Ricardo Primo.-----

Faltaram à Sessão os seguintes Deputados Municipais:-----
Luís Manuel Pêgo Todo Bom (PSD).-----

Fez-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, a contrario sensu, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e dos artigos 8.º e 13.º do Regimento da Assembleia Municipal de Mêda, o seguinte Deputado Municipal: -----

Luís Filipe Branco Lopes (PS), pelo período de 29 de dezembro a 17 de janeiro, sendo substituído pela Deputada Municipal Maria José Pena Carvalho.-----

A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Vice-Presidente.-----
Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: António César Valente Figueiredo, Aurélio Teixeira Fonseca Saldanha e Aires Jorge Abreu Sampaio e Mello do Amaral.-----

De seguida procedeu-se a uma homenagem simbólica ao Dr. Luís Manuel Simão Almeida, Presidente cessante desta Assembleia Municipal, com a colocação de uma fotografia junto dos antigos autarcas do Município.-----

Dr. Luís Manuel Simão Almeida agradeceu a atitude simpática que tiveram, tanto o Executivo como a Assembleia e desejou a todos um bom ano, quer a nível pessoal como a nível profissional.-----

Às nove horas e quarenta e três minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a Sessão. -----

O Senhor Presidente da Assembleia disse ser uma honra enorme para ele presidir este Órgão Deliberativo.-----

Nesta sua intervenção não podia deixar de referir um anterior Presidente da Assembleia Municipal, que na sua opinião é das pessoas a quem mais o Concelho deve. Referia-se ao Dr. Augusto César de Carvalho, de quem foi amigo particular e que sempre o acompanhou na carreira académica na Faculdade de Direito de Lisboa.-----

Salientou que, aquando do convite feito pelo Partido Socialista para cabeça de lista a estas eleições, aceitou essa incumbência mantendo sempre a sua independência político-partidária. Neste âmbito, procurará, manter a neutralidade total, a isenção absoluta e o rigor que for possível imprimir aos trabalhos desta Assembleia.-----

Recordou que, durante a campanha eleitoral, assinalou diversas iniciativas que pretendia imprimir na Assembleia Municipal, designadamente, a criação de um gabinete no 1.º andar do Edifício do Arquivo Municipal, onde, a partir de janeiro, nas primeiras e terceiras segundas feiras de cada mês, estará disponível, das 9h às 13h, para ouvir os munícipes.-----

Informou que o Regimento terá que ser alterado, pelo que na próxima sessão a Mesa apresentará o projeto de alteração ao Regimento.-----

Continuou dizendo que, para já, devido a condições logísticas e equipamento, ainda não é possível proceder às transmissões online das sessões da Assembleia, porém os serviços técnicos estão a promover-se a aquisição do equipamento e a montagem de infraestruturas tecnológicas adequadas a esse objetivo.-----

Uma outra pretensão, é a descentralização das sessões da Assembleia Municipal pelas diversas freguesias do concelho, a fim de haver uma maior aproximação entre as populações e o Órgão.-----

Para finalizar, e uma vez que esta sessão da Assembleia Municipal possui uma Ordem de Trabalhos bastante extensa, disse que ainda não foi possível apresentar a proposta da criação de Comissões Permanentes, mas será uma proposta que ali será apresentada proximamente, até para um melhor funcionamento da Assembleia Municipal.-----

O Senhor Deputado Municipal Lúcio Lourenço (CDS/PP) numa interpelação à Mesa, para um esclarecimento, disse que não estava a ser seguida a Ordem de Trabalhos. Indagou se é para ser seguida a Ordem de Trabalhos ou se alteram a mesma.-----

O Senhor Presidente da Assembleia esclareceu que quando elaborou a presente Ordem de Trabalhos não ponderou o facto de ser prioritário dar posse aos cidadãos que faltaram à tomada de posse. Assim, solicitou que seja alterada a Ordem de Trabalhos e que passem de imediato à tomada de posse dos cidadãos que faltaram à instalação da Assembleia Municipal de Mêda.-----

O Senhor Deputado Municipal Paulo Amaral (PSD) gostaria de ver a Mesa constituída pelos três elementos.-----

O Senhor Presidente da Assembleia respondeu que a Mesa se encontra composta pela maioria, pelo que não é necessária designação de um terceiro elemento. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal assegurou ao Senhor Deputado que não é por esse motivo que a Mesa deixará de ser eficaz.-----

Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia deu posse aos cidadãos Fernando Jorge Pinto Lopes, candidato nas listas do PSD, João Maria Diogo Sequeira e António Manuel da Silva Ramos, candidatos nas listas do CDS/PP nos seguintes termos, conforme documentos devidamente arquivado nos serviços da Assembleia Municipal de Mêda.-----

*“Tendo os cidadãos eleitos, **Fernando Jorge Pinto Lopes, João Maria Diogo Sequeira e António Manuel da Silva Ramos**, faltado justificadamente ao ato de instalação da Assembleia Municipal de Mêda do passado dia 22 de outubro de 2017, comprova-se, nesta sessão da*

Susana Silva

Assembleia Municipal, do dia 29 de dezembro de 2017, a identidade e legitimidade dos eleitos, pelo que se lavra o presente, anexo à ata desta reunião, que vai por mim assinado, bem como pelo membro eleito e pela Técnica Superior Belmira de Jesus Ramos Plácido Lopes.-----

A Técnica Superior-----

Os Cidadãos eleitos-----

O Presidente da AMM-----

Assembleia Municipal de Mêda, em 29 de dezembro de 2013.”-----

Seguidamente, nos termos regimentais, abriu o período destinado à intervenção do Público.---

-----PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O Município Senhor Olímpio Filipe Martins Pedro, fez a seguinte intervenção: -----

“Venho por este meio solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que esclareça esta Assembleia Municipal sobre o modo como as crianças das aldeias são transportadas para o Agrupamento de Escolas de Mêda, bem como são estabelecidos os critérios que, obrigam o município a fazer o transporte segundo a lei, dos alunos do Jardim de Infância, do Patronato que participam nas atividades extracurriculares e qual foi a lei que o desobriga relativamente ao transporte dos alunos do 1.º Ciclo e restantes alunos até aos 16 anos de idade.-----

É um facto que as crianças das aldeias a partir dos 5 anos, que começam a frequentar o 1.º Ciclo são transportadas fora do enquadramento da lei do Transporte Escolar, sem as medidas de retenção previstas para cada idade, sem critério na sua distribuição no autocarro e sem vigilância. A Transdev que é a empresa responsável por este transporte diz que está legal para o transporte de passageiros, mas, empurra a responsabilidade de quem transporta para o Município. Fica assim claro que esta opção de transporte sem condições é uma opção política, onde se usam eventuais lacunas da lei para fugir às responsabilidades e à lealdade das instituições para com os cidadãos.-----

Uma carreira pública que passa nas aldeias apenas em período escolar não é pública, é indiscutivelmente escolar. Deste modo há meninos e meninas que todos os dias são empurrados para este transporte, onde o perigo espreita a cada curva. Quem garante que não se levantam a meio de um percurso longo, por várias aldeias, até ao Agrupamento de Escolas de Mêda? Quem garante que não são levados por um adulto e saem numa das paragens que não a que lhes está destinada? Quem compreende que, sem cadeira e sem cinto, venham sentadas, como infelizmente vejo, nos bancos da frente? Quem garante que não adormecem e ficam fechadas? Quem evita lutas, agressões físicas e humilhações aos mais pequenos e frágeis?-----

Nesta casa, que deve representar e defender os direitos de todos os munícipes, votantes ou não votantes, desde o berço até à terceira idade, apelo que esta singela participação cívica seja valorizada por dar voz a quem por várias razões não teve até ao momento e que não seja pessoalizada, para ser desvalorizada e ficar tudo na mesma.-----

As nossas crianças merecem um transporte digno, seguro e de acordo com a lei que as protege...é isto que eu peço para o nosso Concelho, a nossa casa, onde nós decidimos, onde, neste caso, ninguém nos pode infligir as injustiças a que estamos habituados”.-----

O Senhor Presidente da Assembleia disse que a Mesa não tinha condições para responder a esta questão, mas, certamente que o Senhor Presidente da Câmara, no período que lhe está destinado para responder às questões dos Senhores Deputados Municipais, fará questão de esclarecer este assunto.-----

O Senhor Presidente, terminado o Período de Intervenção do Público, pediu ao Senhor

Susana
Silva

Primeiro-Secretário que fizesse uma leitura resumida do expediente que tinham recebido desde a última sessão.-----

(O Senhor Primeiro-Secretário fez a leitura do resumo de expediente o qual fica anexo à presente ata como anexo I, e dela faz parte integrante).-----

Seguidamente, o Senhor Presidente declarou aberto o Período de Antes da ordem do Dia.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA NÚMERO UM**-----

O Senhor Presidente da Assembleia pôs à discussão a ata da sessão anterior com dispensa da sua leitura, em virtude de ter sido previamente distribuído o texto a todos os Deputados.-----

O Senhor Deputado Municipal Lúcio Lourenço (CDS/PP) chamou a atenção para um a pequena gralha de texto. Paipenela escreve-se ligado e na ata está separado.-----

Quanto à ordem pela qual se encontram enunciadas as presenças dos Senhores Deputados, gostaria de saber qual foi o critério enumerativo.-----

Chamou também a atenção para os resultados da eleição da Mesa, os quais, na sua opinião, não se encontram ajustados. Recordou que foi apresentado um boletim de voto composto por uma única lista, a "LISTA A" e por "SIM" ou "NÃO". Da ata consta "SIM", "NÃO", "BRANCOS", "NULOS" e "ABSTENÇÃO". Gostaria de saber qual a conclusão ou critérios para na ata aparecerem estes resultados.-----

O Senhor Presidente da Assembleia explicou que, relativamente à disposição dos nomes dos Senhores Deputados na parte das presenças, a lei não exige qualquer critério, a não ser que o Senhor Deputado se sinta sensibilizado, negativamente, por constar em último lugar.-----

Relativamente à gralha, o Senhor Presidente garantiu que a mesma será corrigida.-----

Quanto ao processo de votação para a eleição da Mesa, disse não retirar das palavras do Senhor Deputado qualquer crítica ou menção menos adequada aos resultados da votação. Recordou ao Senhor Deputado que, na altura, colocou à consideração dos Senhores Deputados se aquele seria o sistema de votação mais adequado sendo que ninguém se opôs. Nem mesmo o ilustre Deputado.-----

Na opinião, todo o processo de eleição decorreu de forma correta e crê que ninguém tem qualquer dúvida quanto ao resultado do mesmo. Assim, frisou que nada há a retificar.-----

O Senhor Deputado Municipal Lúcio Lourenço (CDS/PP) de novo no uso da palavra, observou que na 1ª sessão da Assembleia Municipal (ata número um) foram feitas intervenções por parte do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, porém da ata nada consta. Na sua opinião estas intervenções devem constar da ata, até porque são intervenções de relevante importância para que todos conheçam as ideias e os objetivos tanto do Senhor Presidente da Câmara, como do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Recordou que a intervenção do Senhor Presidente da Assembleia foi, para os Senhores Deputados, uma manifesta declaração futura. Já a intervenção do Senhor Presidente da Câmara transmitiu a definição de alguns objetivos e orientações futuras.-----

O Senhor Presidente da Assembleia respondeu ao Senhor Deputado Lúcio Lourenço que a lei apenas prevê que da ata conste um resumo do essencial que dela se tenha passado. Assim, entende que não há nada a retificar relativamente à ata.-----

O Senhor Deputado Municipal António Almeida (PSD) no uso da palavra cumprimentou os presentes.-----

Relativamente a esta matéria, transmitiu que a lei prevê que da ata conste o que se passou na sessão/reunião, de uma forma resumida. Concordou com o orador anterior, no que diz

*Silva
Silva*

respeito à ausência das intervenções feitas pelo Senhor Presidente da Câmara e pelo Senhor Presidente da Assembleia.-----

O Senhor Presidente da Assembleia reiterou que da ata deve constar apenas um resumo do que de mais relevante se passou na sessão/reunião. Seguidamente alertou os Senhores Deputados para o facto de que, de futuro, as atas da Assembleia Municipal não incluirão as transcrições de todas as intervenções, porque a lei assim não o exige.-----

O Senhor Deputado Municipal Lúcio Lourenço (CDS/PP) propôs que a Assembleia se pronuncie se as atas devem ou não incluir todas as realidades que se passem nas sessões/reuniões da mesma, ou se apenas devem conter as intervenções que o Senhor Presidente da Assembleia entender.-----

O Senhor Presidente da Assembleia não admitiu a proposta do Senhor Deputado por esta ser contrária à lei.-----

De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** submeteu à votação a ata número um, tendo a Assembleia deliberado **aprová-la por maioria**, com votos a favor de PS; PSD; quatro (3) Deputados Municipais IND; com os **votos contra** de um (1) Deputado Municipal do CDS/PP (Lúcio Lourenço) e um (1) Deputado Municipal do PSD (António Almeida); e as **abstenções** de dois (2) Deputados Municipais do PSD (Paulo Amaral e Jorge Lourenço), dois (2) Deputados Municipais do CDS/PP (Fernando Jesus e Hermínio Albino) e um (1) Deputado Municipal IND (Artur Primo).-----

De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da Ata n.º 01, os Senhores Deputados Municipais Maria José Pena Carvalho, Fernando Jorge Pinto Lopes, João Maria Diogo Sequeira e António Manuel da Silva Ramos, em virtude de não terem estado presentes na Sessão a que a mesma respeita. -----

O Senhor Deputado Municipal António Almeida (PSD) entregou posteriormente a seguinte declaração de voto:-----

“António Carlos Proença Simão de Almeida, Deputado Municipal eleito, vem declarar que votou contra o texto da ata da primeira sessão por:-----

A ata não registar o que se passou na reunião, nem sequer sumariamente.-----

De facto houve intervenções do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Presidente da Assembleia Municipal que não são sequer referidas na ata, pelo que, afeta a legalidade e a verdade material da ata.”-----

O Senhor Deputado Municipal Lúcio Lourenço (CDS/PP) no uso da palavra para fazer uma declaração de voto oral, a qual entregará posteriormente por escrito, o **Senhor Presidente** interrompendo o orador, disse que é da competência do Presidente da Assembleia solicitar que as declarações de voto sejam apresentadas por escrito. Assim, solicitou ao Senhor Deputado que redija a declaração de voto e tal como está previsto no Regimento da Assembleia Municipal de Mêda a faça chegar à Mesa no prazo de 24h.-----

O Senhor Deputado Municipal Lúcio Lourenço (CDS/PP) prosseguindo no uso da palavra apresentou um Protesto à Mesa.-----

“Protesto contra o impedimento de fazer a declaração de voto quanto à matéria do texto da ata, uma vez que o Regimento da Assembleia Municipal o permite. Não há norma de valor superior que o impeça e é muito importante para esta Assembleia conhecer aquilo que eu classifico como manifesto eleitoral do Senhor Presidente da Assembleia, na 1ª sessão que ocorreu.-----

Susana
Silva

Considero também muito importante os esclarecimentos e os objetivos apresentados pelo Senhor Presidente da Câmara.”-----

O Senhor Deputado Municipal Fernando Lopes (PSD) no uso da palavra cumprimentou os presentes. Desejou a todos as maiores felicidades neste mandato que se advinha, na sua opinião, um mandato “simpático”.-----

Partilhou que se deslocará de Lisboa para participar em todas as sessões desta Assembleia Municipal, o que vai custar bastante dinheiro a este Município. Neste contexto, salientou que não irá permitir situações como o que acabou de acontecer com o Senhor Deputado Municipal Lúcio Lourenço, até porque, se este é um Órgão de discussão política, onde todos esgrimem o que pretendem para o concelho nos próximos quatro anos, as pessoas têm o direito de ler as atas e perceber tudo o que se passou na sessão. A finalizar mostrou-se solidário com o Senhor Deputado Lúcio Lourenço, porque também entende que as declarações de voto pode ser verbais.-----

-----**INTERVENÇÕES DOS GRUPOS MUNICIPAIS E DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES**-----

De seguida, foram abertas as inscrições para os membros apresentarem as suas intervenções.-

O Senhor Presidente da Assembleia, informou que de acordo com o Regimento da Assembleia Municipal de Mêda, o Período de Antes da ordem do Dia tem sessenta minutos. Ora, uma vez que se inscreveram seis Deputados Municipais, cada um terá dez minutos para a sua intervenção.-----

O Senhor Deputado Municipal Lúcio Lourenço (CDS/PP) no uso da palavra cumprimentou os presentes. Disse ser este o momento oportuno para apresentar cumprimentos institucionais ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e pessoais a todos os membros demais presentes.-----

Reportou-se à Ordem de Trabalhos enviada para os Senhores Deputados, onde no Período de Antes da ordem do Dia se diz “Intervenção dos Grupos Municipais”, questionando se os mesmos já foram constituídos. Assim e em nome da Bancada do CDS/PP requereu oralmente (requerimento que formalizará por escrito no final da sessão) a constituição do Grupo Municipal do CDS/PP:-----

“Os Deputados Municipais eleitos nas listas do CDS/PP, membros do Partido e Independentes à Assembleia Municipal, veem ao abrigo do disposto do n.º 3, do artigo 18.º do Regimento da Assembleia Municipal, comunicar a constituição do Grupo Municipal nesta Assembleia, composta pelos membros inscritos.”-----

O Senhor Deputado Municipal Hermínio Albino (CDS/PP) no uso da palavra cumprimentou os presentes. Disse ter ouvido com atenção a intervenção do Município Senhor Olímpio Pedro, e considera que o mesmo está cheio de razão. Assumiu que é do conhecimento de todos que, durante o percurso, ou seja, desde as suas residências até à escola, possam ocorrer alguns episódios de *bullying*, o que considerou de grave e lamentou que as crianças não tenham quem os proteja porque não dispõem de auxiliar que viaje com elas.-----

Ainda sobre este assunto, disse ter conhecimento, que uma criança residente na freguesia de Outeiro de Gatos está a ser transportada sozinha e para isso vai lá uma viatura do Município quando lá passam autocarros. Pediu ao Senhor Presidente para esclarecer aquele areópago sobre este assunto.-----

O Senhor Deputado Municipal Pedro Lourenço (PS) no uso da palavra cumprimentou os presentes. Iniciou a sua intervenção dando as boas vindas aos Senhores Deputados que ali se encontram pela primeira vez.-----

*Susana
Silva*

Almejou que as sessões da Assembleia Municipal decorram, sempre, pelo melhor, lamentando que não seja o que está a acontecer nesta primeira sessão. Espera que todos juntos puxem para o mesmo lado, ou seja, para o melhoramento do concelho.-----

O Senhor Deputado Municipal Fernando Lopes (PSD) introduziu que não é por o concelho estar parado que o mundo deixa de avançar. -----

É com satisfação que passados oito anos regressa a esta Sala e a estas funções que já exerceu no passado. Ressaltou a colocação dos quadros dos antigos autarcas que por ali passaram, porém lamentou que se tenham esquecido de também homenagear os autarcas das freguesias. Lamentou que para além da colocação dos quadros, nada mais tenha sido alterado. Neste sentido destacou as condições de trabalho que continuam a ser as mesmas de há oito anos e tal como há oito anos considera que estas não são as melhores condições de trabalho para quem foi eleito pelo povo. Nesta senda sublinhou como pontos negativos o facto de falarem de costas para o público e ainda o facto de não existir um ambão do qual os Senhores Deputados possam fazer as suas intervenções e tenham que as fazer dos seus lugares, muitas vezes de costas uns para os outros.-----

Dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara dizendo que é chato andar a “atirar areia para os olhos das pessoas”. Abrir torneiras dos chafarizes antes das eleições e depois de passarem as eleições fechá-las, não lhe parece que seja a atitude mais correta. Disse concordar com a segunda situação, mas não concorda com a primeira porque, no seu entendimento, teve como único objetivo angariar votos.-----

Verificou, com desagrado, o encerramento do Centro de Saúde na noite de consoada. Assim, e embora tenha convicção plena de que foi o PS que encerrou o Centro de Saúde, apelou para que seja criado um grupo de trabalho ou uma comissão composta por todos os partidos com o objetivo de criar uma alavancagem na resolução daquele problema e pressionar, de alguma forma, junto do Ministério da Saúde e da ULS a reabertura do mesmo.-----

O Senhor Presidente da Assembleia subscreveu a intervenção do Senhor Deputado Fernando Lopes. Mas não concorda com o Senhor Deputado quando refere que têm que intervir dos respetivos lugares. Sublinhou que essa situação nunca foi imposta.-----

O Senhor Deputado Municipal Fernando Lopes (PSD) no uso da palavra para fazer um protesto à Mesa sobre a condução dos trabalhos. Disse que “não precisa que lhe assobiem para beber água.” Observou que, o Senhor Presidente da Assembleia, dispõem de uma secretária onde pode colocar os papéis, coisa que não acontece com os Senhores Deputados. E ir para a frente fazer a intervenção também não lhe parece correto uma vez que não dispõem de um ambão para intervir com dignidade, dizendo em jeito de graça que mais parecem uns cantores pimba a andar de um lado para o outro.-----

O Senhor Presidente da Assembleia, desconhece que alguma vez tenha sido utilizado púlpito para as intervenções dos Senhores Deputados, mas achou que era uma ótima ideia e assegurou que na próxima sessão da Assembleia Municipal será colocado um púlpito para os Senhores Deputados intervirem condignamente.-----

O Senhor Deputado Municipal Lúcio Lourenço (CDS/PP), em interpelação à Mesa, requereu oralmente, primeiro, que o Senhor Presidente da Assembleia diga qual a disposição legal que se fundamenta para criticar e comentar as intervenções dos membros desta Assembleia.----- Segundo, ainda não respondeu à questão colocada pelo Senhor Deputado sobre a criação ou não dos Grupos Municipais.-----

Susana
Silva

O Senhor Presidente da Assembleia esclareceu que não cabe ao Presidente da Assembleia a constituição dos Grupos Municipais. Para já o CDS/PP foi o primeiro a apresentar a constituição do seu Grupo Municipal, pelo que, irá aguardar pelos restantes partidos.-----

O Senhor Deputado Municipal Cláudio Rebelo (PS) no uso da palavra cumprimentou os presentes.-----

Observou com tristeza que, pela primeira vez, este órgão não elegeu uma Senhora.-----

Dirigiu-se ao Senhor Deputado Fernando Lopes, dizendo que de facto o Senhor Deputado fez parte desta Assembleia durante algum tempo, mas depois esteve mais ligado à política abaixo do Mondego, assumindo que o Senhor Deputado tenha aprendido outras coisas, tal como ele aprendeu quando lá esteve. Concordou com o Senhor Deputado no que diz respeito às condições de trabalho. Apesar de ser a sala mais digna do concelho, encontra-se obsoleta em termos de condições de trabalho. Recordou porém que, as condições que têm agora são às mesmas há vinte e quatro anos, sublinhando que as pessoas que agora reclamam nada fizeram para dar mais dignidade a esta Assembleia.-----

Seguidamente apresentou a constituição do Grupo Municipal do PS. Mais informou que será o Líder da Bancada do PS.-----

Recordou que, tal como já o havia feito no anterior mandato, lançava hoje, novamente, um repto para a realização de um Fórum de discussão que contasse com todos os medenses, dando como mote: “O que posso fazer pela Mêda?”.-----

Relativamente ao Centro de Saúde, disse estar solidário com a reabertura do mesmo, sublinhando que era bom que quem o fechou, que o abrisse, mas lamentavelmente não terá essa oportunidade porque o Governo, felizmente, não é o Governo que o fechou. Neste contexto, mostrou-se preocupado com o encerramento do Centro de Saúde na noite de consoada, mas mais preocupado ficou ao ter conhecimento que todos os Centros de Saúde da vizinhança estavam encerrados. Intuiu que, talvez exista um lobby médico, que é preciso combater.-----

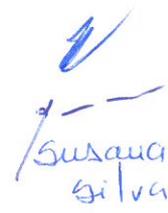
Para terminar, partilhou com aquela Assembleia que, ontem, decorreu na Casa da Cultura o Concerto de Natal, onde estiveram presentes várias pessoas residentes fora do concelho e, mais uma vez, ficaram impressionadas com a beleza e profissionalismo do Centro de Formação Musical de Mêda.-----

O Senhor Deputado Municipal Miguel Will (PS) começou por saudar todos os que estavam presentes na Assembleia Municipal. Disse ser uma honra fazer parte desta Assembleia, ainda para mais como o Deputado mais novo. E como Deputado mais novo, possui uma realidade que é a de viver neste concelho. Mas para que isso aconteça é preciso que se inove sem esquecer o presente, intuindo que esse seria o rumo certo para o concelho.-----

Quer com isto dizer que, uma vez terminada a campanha eleitoral, é tempo de se unirem em prol do futuro do concelho, desde o Executivo Municipal à Assembleia Municipal, e desta forma ter uma oposição construtiva. Com isto, espera que quem a liderar, futuramente, a Câmara Municipal, lidere uma Câmara mais saudável e um concelho mais desenvolvido.-----

Como jovem e estando a estudar, transmitiu que, uma das críticas feita pelos jovens do concelho são os diferentes parâmetros utilizados para a atribuição das bolsas. Assim, propôs que seja criado um programa, com um formato idêntico ao programa “Férias em Movimento”, em que as diversas instituições do concelho recebam os nossos jovens e, as horas e a conduta dos mesmos, sejam tidas em conta para a atribuição das bolsas.-----

O Senhor Presidente da Câmara começou por dirigir uma saudação calorosa a todos os


Susana
Silva

membros da Assembleia Municipal, e uma saudação particular aos que ali se encontram pela primeira vez.-----

Em primeiro lugar, e relativamente às questões colocadas pelo munícipe Senhor Olímpio Pedro, respondeu que há vinte e cinco anos que os transportes escolares são feitos da mesma forma, com o melhoramento de alguns aspetos, obviamente.-----

Gostaria de tranquilizar o munícipe no que diz respeito ao transporte das crianças para o Jardim de Infância e para o Instituto D. Maria do Carmo Lacerda Faria (Patronato), garantindo que os mesmos são feitos pelos serviços do Município com o devido acompanhamento.-----

Os alunos do 1º, 2º ciclo e secundário são feitos pela empresa Transdev.-----

Acha muito bem que o Munícipe venha ali colocar um problema, que na sua opinião, deve ser melhorado, mas estranha, que sendo ele um ex-membro desta Assembleia e professor, nunca se tenha pronunciado sob esta matéria.-----

Mais garantiu que o transporte dos alunos feito pela empresa Transdev, é feito com segurança. Esclareceu que os alunos mais pequenos são transportados nos lugares mais próximos ao motorista e com cinto de segurança.-----

Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Deputado Hermínio Albino, que disse que estava a ser transportada uma única criança da freguesia de Outeiro de gatos e que para isso era disponibilizado um transporte da autarquia depois de lá passarem autocarros, o Senhor Presidente explicou que é uma criança que está a frequentar o Jardim de Infância de Mêda, logo o transporte é feito pelos serviços do Município.-----

Quanto às questões colocadas pelos Senhor Deputado Fernando Lopes, respondeu que aquando da homenagem aos autarcas que por ali passaram, entenderam que os autarcas das Juntas de Freguesia deveriam ser homenageados nas respetivas Juntas.-----

Sobre as condições de trabalho dos Senhores Deputados durante as sessões da Assembleia, concordou com o Senhor Deputado. Transmitiu que este assunto já foi discutido pelo Executivo e em breve todo o Salão Nobre sofrerá alterações a fim de se tornar mais confortável e digno.-----

Explicou que as torneiras dos chafarizes foram fechadas, porque, infelizmente, não só todo o país está a sofrer com a seca, mas também o concelho. Caso haja precipitação dentro dos valores para a época, as torneiras serão reabertas.-----

Sobre o encerramento do Centro de Saúde na noite de consoada, informou que assim que teve conhecimento daquela situação, fez chegar a sua indignação à ULS, os quais responderam que de facto havia um médico destacado para aquela noite, mas que acabou por não vir.-----

Concluiu dizendo que a sugestão deixada pelo Senhor Deputado Miguel Will, é uma boa sugestão, a qual a Câmara terá em conta e consideração.-----

O Senhor Deputado Municipal Hermínio Albino (CDS/PP), no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que pretendia obter algumas respostas do Senhor Presidente da Câmara a questões por si colocadas, que não lograra obter há pouco. Pediu ao Senhor Presidente que falasse sobre o *bullying* e as agressões exercidas sobre alguns alunos durante o percurso de casa até à escola, até porque é algo que consta em ata do Executivo.-----

O Senhor Presidente da Câmara assegurou que não é exercido *bullying* ou qualquer tipo de agressão sobre os alunos durante o percurso.-----

O Senhor Deputado Municipal Fernando Lopes (PSD) no uso da palavra para defesa de honra, disse que se há alguém que nunca colocou o seu partido à frente do concelho, essa pessoa é ele. E quando percebeu que o PSD estava a governar mal o concelho, tomou a posição que é de conhecimento de toda a gente. E se decidiu fazer política do Mondego para baixo é porque

Susana
Silva

tudo ia bem no “reino” dos nossos concidadãos. Mas a verdade é que a partir dessa altura, tudo piora. E hoje o concelho está pior que há dez anos, e daí o Mondego voltar a chamar o Senhor Deputado para fazer política no seu concelho.-----

A respeito do encerramento do Centro de Saúde, permitia-se retorquir ao Senhor Deputado Cláudio Rebelo, dizendo que quem encerrou o Centro de Saúde, foi um Senhor que, na altura, era Presidente da ULS, chamado Girão Pereira, militante do PS destacado. Mas na altura não se podia criticar o Governo, agora, são lobbies médicos. Questionou se há época não seriam também lobbies médicos.-----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

Seguidamente, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberto o Período da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, que tinha para discussão e votação os seguintes pontos:-----

PONTO 2 – Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, ao abrigo da alínea c), do n.º2, do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), publicado em anexo I à lei n.º75/2013, de 12 de setembro;-----

PONTO 3 - Eleição de três membros da Assembleia Municipal de Mêda, sendo dois efetivos e um suplente, para integrarem a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 83.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), publicado em anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

PONTO 4 - Designação do(s) Representante(s) das Freguesias do Concelho, para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta do Município de Mêda, nos termos da proposta apresentada pela Câmara Municipal e ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º-D do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com a redação introduzida pela Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto;-----

PONTO 5 - Designação de um Representante das Juntas de Freguesia do Concelho, para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil, nos termos da proposta e ao abrigo da alínea i) do artigo 41.º da Lei n.º 27/2006, de 03 de julho;-----

PONTO 6 - Designação de um Representante das Juntas de Freguesia do Concelho, para integrar o Conselho Cinegético Municipal;-----

PONTO 7 - Apreciação da Proposta n.º 01/PAM/2017 - Adesão da Assembleia Municipal de Mêda à ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais, nos termos da proposta e ao abrigo da alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

PONTO 8 - Apreciação da Proposta n.º 4/2017 – Dissolução da Associação de Municípios do Rio Torto, nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

PONTO 9 - Apreciação conjunta das seguintes propostas, relativas à política fiscal do município de Mêda para 2018;-----

9.1 - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), nos termos da proposta e ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado em Anexo à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e da alínea c) do n.º 1 do art.º 25º e n.ºs 1 e 2 do art.º 26.º, ambos da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual;-----

9.2 - Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), nos termos da proposta e ao abrigo das alíneas a) e b) do art.º 14º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual e da alínea d) do n.º 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado em Anexo à Lei

Silva

75/2013, de 12 de setembro, e dos n.ºs 8.º e 20.º do art.º 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, na sua redação atual;-----

9.3 - Taxa Municipal De Direitos De Passagem, nos termos da proposta e ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais publicado em Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e da alínea n) do art.º 14.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual;-----

PONTO 10 - Apreciação do Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano, nos termos da proposta e ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais publicado em Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;-----

PONTO 11 - Apreciação do Mapa de Pessoal para o ano de 2018, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais publicado em Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;-----

PONTO 12 - Para conhecimento, comunicação dos encargos com contratos de aquisição de serviços, nos termos do n.º 4 do artigo 49.º da Lei do Orçamento de Estado para 2017;-----

PONTO 13 - Apreciação da Proposta 02/PAM/2017 - Aprovação em minuta do texto das Deliberações da Assembleia Municipal de Mêda, ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, bem como do previsto nos n.ºs 4 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro;-----

PONTO 2 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ao abrigo da alínea c), do n.º2, do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), publicado em anexo I à lei n.º75/2013, de 12 de setembro;-----

(Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal).-----

O Senhor Presidente da Assembleia introduziu o ponto número dois da Ordem de Trabalhos, dando a palavra ao Senhor Deputado Municipal Lúcio Lourenço.-----

O Senhor Deputado Municipal Lúcio Lourenço (CDS/PP) após leitura a Informação do Senhor Presidente, a qual considerou de exaustiva, não conseguiu encontrar dois objetivos e dois vetores.-----

A primeira nota, era a concretização através de atividades para o melhor desenvolvimento ou algum desenvolvimento sustentado no concelho.-----

A segunda, prende-se com a impossibilidade em encontrar atividades académicas e culturais, tão só encontrou atividades recreativas.-----

Não podia deixar de fazer nota ali destes dois objetivos, até porque é de opinião que a Mêda possui valores, a começar pelo Senhor Presidente da Câmara e pela função dele enquanto professor.-----

Fica à espera de melhores informações e mais atividades. Melhores atividades a nível concelhio, a nível intermunicipal e de preferência a nível nacional, não só com organismos autárquicos, mas também com outros organismos que estão abertos e disponíveis para colaborar com as Câmaras Municipais, nomeadamente com a Câmara Municipal de Mêda, para que sejam atingidos os objetivos acima referidos, caso contrário, a Mêda, nunca sairá da “cepa torta”.-----

Não se verificando mais nenhuma intervenção, a **Assembleia Municipal de Mêda tomou conhecimento da “Informação do Presidente da Câmara sobre atividade municipal e situação financeira” (anexo I).**-----

Susana
Silva

PONTO 3 - Eleição de três membros da Assembleia Municipal de Mêda, sendo dois efetivos e um suplente, para integrarem a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 83.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), publicado em anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

O Senhor Deputado Municipal Paulo Amaral (PSD), para este ponto, apresentou uma lista conjunta com a Bancada do PS.-----

O Senhor Primeiro Secretário, Óscar Sampaio passou a ler a presente proposta:-----

“ A presente lista de dois efetivos e um suplente para integrarem a Assembleia Intermunicipal da CIM Beira e Serra da Estrela, com os seguintes nomes:-----

1º efetivo: Cláudio Jorge Heitor Rebelo;-----

2º efetivo: Fernando Jorge Pinto Lopes;-----

1º suplente: Pedro Miguel Soeiro Lourenço”.-----

O Senhor Deputado Municipal Fernando Lopes (PSD) partilhou que quando foi convidado para fazer parte desta lista não hesitou. Propôs que também fizesse parte da lista um membro do CDS/PP, para que todas as forças presentes nesta Assembleia estivessem ali presentes.-----

A terminar, disse que, caso venha a ser eleito, lá estará presente na CIM para ajudar a “limar umas arestas” que estão a precisar de ser limadas, para que aquela entidade funcione melhor.-

O Senhor Presidente da Assembleia, dado que havia alguma confusão na apresentação das listas, suspendeu os trabalhos por quinze minutos.-----

Na reabertura dos trabalhos, o Senhor Presidente informou que se mantinha como única lista, a lista apresentada pelo PS e PSD. Assim, colocou à votação, através de escrutínio secreto, a Proposta conjunta para a eleição de três membros da Assembleia Municipal de Mêda para integrarem a Assembleia Intermunicipal da CIMBSE.-----

Seguidamente, informou o resultado da eleição relativa à Proposta conjunta para a eleição de três membros da Assembleia Municipal de Mêda para integrarem a Assembleia Intermunicipal da CIMBSE.-----

(Esta proposta, junta-se à presente ata como anexo II, e dela faz parte integrante).-----

Votos a favor: 10;-----

Votos contra: 3;-----

Abstenções: 1;-----

Foram eleitos os seguintes Senhores Deputados Municipais:-----

1º efetivo: Cláudio Jorge Heitor Rebelo;-----

2º efetivo: Fernando Jorge Pinto Lopes;-----

1º suplente: Pedro Miguel Soeiro Lourenço.-----

O Senhor Presidente da Assembleia prosseguiu com o ponto número quatro da Ordem de Trabalhos, nos termos dos documentos apresentados, os quais se anexam à presente ata e que dela fazem parte integrante (anexo III).-----

PONTO 4 - Designação do(s) Representante(s) das Freguesias do Concelho, para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta do Município de Mêda, nos termos da proposta apresentada pela Câmara Municipal e ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º-D do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com a redação introduzida pela Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto;-----

O Senhor Deputado Municipal Cláudio Rebelo (PS) sobre esta matéria disse haver acordo entre os três Grupos Municipais. Solicitou que os pontos 4, 5 e 6, fossem discutidos em conjunto. Proposta aceite por todos.-----

Burana
Silva

Assim, designaram para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta os seguintes Senhores Deputados Municipais:-----

Pedro Alexandre Manuel Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia do Rabaçal;-----

Vítor Manuel Almeida Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Ranhados;-----

João Maria Diogo Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia do Aveloso.-----

Para integrar a **Comissão Municipal de Proteção Civil** (Ponto 5 da Ordem de Trabalhos), foi designado o Senhor Deputado Municipal:-----

Mauro dos Santos Amado Frade, Presidente da Junta de Freguesia de Mêda, Outeiro de Gatos e Fontelonga;-----

Para integrar o **Conselho Cinegético Municipal** (Ponto 6 da Ordem de Trabalhos), foi designado o Senhor Deputado Municipal:-----

Jorge Miguel Graça Lourenço, Presidente da Junta de Freguesia de Poço do Canto.-----

O Senhor Deputado Fernando Jesus (CDS/PP) relativamente a este assunto, e tendo em conta o que o Senhor Presidente da Câmara disse há pouco na sua intervenção, sobre as consequências da falta de chuva, sugeriu ao Senhor Presidente da Câmara e aos Senhores Deputados designados para integrarem as diversas Comissões, que pensem, seriamente, na reativação de todas as nascentes que existem no Concelho e na criação de reservatórios, para o combate a incêndios.-----

O Senhor Presidente da Assembleia, submeteu à votação os Pontos 4, 5 e 6 da Ordem de Trabalhos, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade e por minuta** com os **votos a favor** do PS; CDS/PP; PPM; PSD e quatro (4) Deputados Municipais IND; -----

O Senhor Deputado Municipal Fernando Lopes (PSD) disse votar favoravelmente as propostas apresentadas, mas votava vencido, porque, entende que quando um assunto envolve pessoas, o voto deve ser através de escrutínio secreto.-----

Passaram de seguida ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

PONTO 7 - Apreciação da Proposta n.º 01/PAM/2017 - Adesão da Assembleia Municipal de Mêda à ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais, nos termos da proposta e ao abrigo da alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

(Esta proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Assembleia e distribuída aos Senhores Deputados Municipais, junta-se à presente ata como anexo IV e dela faz parte integrante).-----

O Senhor Presidente da Assembleia disse que, no fundo, esta é uma proposta que já vem do anterior mandato. É uma Associação que se encontra em constituição, e seria, de todo, profícuo para a Assembleia Municipal de Mêda fazer parte desta Associação.-----

Finalizou dizendo que a adesão a esta Associação tem uma custo anual de 1000€.-----

O Senhor Deputado Municipal Cláudio Rebelo (PS) disse que a sua intervenção iria ser muito curta, mas em coerência com a sua intervenção no mês de setembro. Recordou que, na altura, foi entendimento daquela Assembleia adiar a adesão à mesma por aquela se encontrar numa fase muito embrionária.-----

A sua posição é a mesma do anterior mandatou, ou seja, continua sem saber qual a utilidade da mesma. Mas se a maioria expressar vontade de fazer parte da Associação Nacional das Assembleias Municipais, obviamente comungará dessa decisão, mas, reiterou, que se mantém cético e com as mesmas dúvidas de há uns meses atrás.-----

O Senhor Deputado Municipal Fernando Lopes (PSD) começou por dizer que vê com bons olhos tudo o que seja adesão do Município a Associações nacionais. Neste contexto, recordou uma proposta que fez parte da campanha eleitoral do PSD, que era a Câmara Municipal de

Susana
Silva

Mêda aderir à Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AMPV).-----

Sugeri também, que se comece a pensar na criação de uma Associação de Concelhos de Baixa densidade Populacional. Na sua opinião, está na hora de os municípios mais pequenos começarem a ter mais voz junto do poder central, seja ele em Lisboa ou em Coimbra.-----

O Senhor Deputado Municipal Paulo Amaral (PSD), tendo em conta a intervenção do Senhor Deputado Cláudio Rebelo, perguntou, se alguém tem conhecimento do número de adesões.----

O Senhor Presidente da Assembleia respondeu que não tem conhecimento do número de municípios que já aderiu à Associação.-----

Seguidamente e antes de colocar a proposta à votação, o Senhor Presidente disse que gostaria de expressar o seu entendimento sobre esta matéria. Na sua opinião, é de o interesse que haja uma troca de experiências a nível das Assembleias Municipais. Recordou e partilhou que aquando da sua participação no último Congresso da ANMP, as Assembleias Municipais, praticamente, estavam esquecidas.-----

Por outro lado, concordou inteiramente com a intervenção do Senhor Deputado Fernando Lopes, sendo que a sua opinião também é que, já que o Concelho não consegue, infelizmente, ganhar escala no plano demográfico, então terá que pensar em ganhar escala num plano político, através de um associativismo que envolva grande parte dos Concelhos do Interior.-----

O Senhor Presidente da Assembleia, dado que mais ninguém desejara intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a **Proposta de Adesão da Assembleia Municipal de Mêda à ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria e por minuta** com os **votos a favor** do PS; CDS/PP; PSD; quatro (4) Deputados Municipais IND; e a **abstenção** de três (3) Deputados Municipais do PSD (Paulo Amaral, António Almeida e Jorge Lourenço); três (3) Deputados Municipais do CDS/PP (Fernando Jesus, António Ramos e Hermínio Albino).-----

PONTO 8 - Apreciação da Proposta n.º 4/2017 – Dissolução da Associação de Municípios do Rio Torto, nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

O Senhor Presidente da Assembleia introduziu o ponto número oito da Ordem de Trabalhos.-- (Esta proposta, junta-se à presente ata como anexo V e dela faz parte integrante).-----

O Senhor Deputado Municipal Lúcio Lourenço (CDS/PP) disse que lhe parece ser unanime, que a Câmara promova o se afastamento da Associação de Municípios do Rio Torto. Mas o que lhes foi enviado é apenas dissolução. Chamou a atenção para o facto de, caso haja dissolução sem liquidação ou partilha, a Associação mantem-se até que haja liquidação.-----

Se a intenção da Câmara é proceder ao cancelamento do registo e de tudo o que exista na Associação, então a proposta não pode deixar de ser “Dissolução, Liquidação e Partilha”. Explicou que terá que haver uma negociação com todos os membros da Associação, no sentido de ser feita a liquidação e a partilha do património que exista.-----

Alertou para o facto de, eventualmente, também existirem dívidas. Assim propôs aos proponentes da proposta, Câmara Municipal, que a Proposta seja, não só dissolução, mas dissolução, liquidação e partilha, caso contrário a Associação vai manter-se.-----

O Senhor Deputado Municipal Paulo Amaral (PSD) partilhou que, a Associação de Municípios do Rio Torto detém algum património. Inclusive é detentora do Jornal “Terras e Gentes”. Ora, sendo que a Proposta não lhes foi apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara, perguntou se, também os municípios de Vila Nova de Foz-Côa e S. João da Pesqueira, deliberaram no sentido da dissolução ou se deliberaram no sentido da dissolução, liquidação e partilha.-----

✓
Susana
Silva

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que a intenção, tanto do município de Vila Nova de Foz-Côa como do município de S. João da Pesqueira é proceder à extinção da Associação, porém desconhece a terminologia usada pelos municípios.

Quanto às rendas, transmitiu que, mesmo que a Associação seja extinta, as rendas continuam a ser pagas às Águas de Portugal.

O Senhor Deputado Municipal Fernando Lopes (PSD) expôs que a Associação de Municípios do Rio Torto geria não só o Jornal "Terras e Gentes" mas também a Barragem de Ranhados. Na sua opinião, a Câmara não deveria deixar extinguir a Associação, até porque a Barragem de Ranhados faz parte do Concelho de Mêda. Neste sentido, entende ser mais proveitoso para o município manter a Associação onde mais dois associados pagam as quotas do que extinguir uma Associação que gere uma Barragem do Concelho.

Resumiu que não vê qualquer vantagem em extinguir a Associação.

O Senhor Presidente da Assembleia, dado que mais ninguém desejara intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a **Proposta de Dissolução da Associação de Municípios do Rio Torto**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria e por minuta** com os **votos a favor** do PS; CDS/PP; PSD; quatro (4) Deputados Municipais IND; os **votos contra** de um (1) Deputado Municipal do PSD (Fernando Lopes) e um (1) Deputado Municipal do CDS/PP (Lúcio Lourenço); e a **abstenção** de um (1) Deputado Municipal do CDS/PP (Hermínio Albino).

O Senhor Deputado Municipal António Almeida (PSD) no uso da palavra disse que existe a possibilidade de esta proposta não ser eficaz juridicamente. Assim, propôs que a Assembleia sugira à Câmara que seja feita uma nova proposta ou então seja retificada esta.

O Senhor Deputado Municipal Lúcio Lourenço (CDS/PP) a título informativo, disse que esta proposta não dá poderes ao Executivo, mais concretamente ao Senhor Presidente, para celebrar qualquer acordo a fim de reaver qualquer ativo, nem para assumir qualquer passivo.

O Senhor Presidente da Assembleia, às 12h48m suspendeu a sessão para almoço.

Às 14h42m foram retomados os trabalhos. O Senhor Primeiro-Secretário efetuou a chamada e verificada a existência de quórum o **Senhor Presidente** declarou reaberta a sessão.

PONTO 9 - Apreciação conjunta das seguintes propostas, relativas à política fiscal do município de Mêda para 2018;

9.1 - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), nos termos da proposta e ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado em Anexo à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e da alínea c) do n.º 1 do art.º 25º e n.ºs 1 e 2 do art.º 26º, ambos da Lei n.º. 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual;

O Senhor Deputado Municipal Lúcio Lourenço (CDS/PP) pediu ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer melhor a proposta.

O Senhor Presidente da Câmara, relativamente a este assunto explicou que se trata da devolução que as Finanças fazem às Câmaras Municipais no valor de 0,5%.

O Senhor Presidente da Assembleia, dado que mais ninguém desejara intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a **Proposta do IRS**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade e por minuta** com os **votos a favor** do PS; CDS/PP; PSD; quatro (4) Deputados Municipais IND.

9.2 - Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), nos termos da proposta e ao abrigo das alíneas a) e b) do art.º 14º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual e da alínea d) do n.º 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado em Anexo à Lei

Susana
Silva

75/2013, de 12 de setembro, e dos n.ºs 8.º e 20.º do art.º 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, na sua redação atual;-----

O Senhor Deputado Municipal Lúcio Lourenço (CDS/PP) solicitou, tal como havia feito na proposta anterior, ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer no que consiste a presente proposta.-----

O Senhor Presidente da Câmara explicou que se trata do IMI. E como todos devem saber, o IMI possui um teto máximo de 0,5%, sendo que a Câmara Municipal de Mêda encontra-se nos 0,4%.-----

Mais disse, que aos agregados familiares com mais de dois descendentes, é-lhes aplicada uma redução.-----

O Senhor Deputado Municipal Lúcio Lourenço (CDS/PP), de novo no uso da palavra disse que a taxa do IMI oscila entre os 0,2% e os 0,5%, sendo a proposta do Executivo de 0,4%. Perguntou qual a necessidade de a Câmara sacrificar os munícipes cobrando o dobro da taxa, quando no entender da Bancada do CDS/PP existe tanto desperdício.-----

O Senhor Deputado Municipal Fernando Lopes (PSD) perguntou, em termos de IRS, se é significativo o que a Câmara recebe em termos de devolução do mesmo. Propôs que seja devolvido este valor às famílias, para as quais representa alguma coisa e é um sinal que a Câmara dá a quem queira vir viver para a Mêda.-----

Quanto ao IMI, subscreveu as palavras do orador anterior e ao fixar-se uma taxa de 0,2% é também um sinal que se está dar a quem queira vir para a Mêda.-----

Finalizou dizendo que o maior problema do Município de Mêda é a falta de ação e não o orçamento.-----

O Senhor Deputado Municipal Cláudio Rebelo (PS) desconhece que exista algum Concelho, no Distrito ou na Região, que tenha a taxa mínima.-----

Concordou que devem ser dados sinais, porém não se pode ambicionar um orçamento mais ambicioso e com mais disponibilidade financeira, se não houverem receitas.-----

Subscreveu a proposta apresentada, salientando o facto de ser atribuída uma majoração às famílias mais numerosas.-----

O Senhor Deputado Municipal Paulo Amaral (PSD) disse que a Bancada do PSD se revê na posição do seu Vereador, pelo que votam favoravelmente.-----

O Senhor Presidente da Assembleia, dado que mais ninguém desejara intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a **Proposta do IMI**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria e por minuta com os votos a favor** do PS; CDS/PP; PSD; quatro (4) Deputados Municipais IND; os **votos contra** de um (1) Deputado Municipal do PSD (Fernando Lopes) e de um (1) Deputado Municipal do CDS/PP (Lúcio Lourenço); e as **abstenções** de três (3) Deputados do CDS/PP (Fernando Jesus, António Ramos e Hermínio Albino).-----

9.3 - Taxa Municipal De Direitos De Passagem, nos termos da proposta e ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais publicado em Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e da alínea n) do art.º 14.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual;-----

O Senhor Presidente da Assembleia, dado que ninguém desejara intervir, submeteu à votação a **Proposta Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria e por minuta com os votos a favor** do PS; CDS/PP; PSD; quatro (4) Deputados Municipais IND; e o **voto contra** de um (1) Deputado Municipal do CDS/PP (Lúcio Lourenço).-----

Susana Silva

PONTO 10 - Apreciação do Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano, nos termos da proposta e ao abrigo da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais publicado em Anexo à Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;-----

O Senhor Presidente da Câmara classificou o presente orçamento de bastante ambicioso. Reforçou que para além de ser um orçamento ambicioso, é um orçamento que assenta na responsabilidade, na seriedade e no rigor.-----

Transmitiu que, para a elaboração do orçamento, foram realizadas várias reuniões que contaram com a presença dos Senhores Vereadores da Oposição. Salientou que a versão final inclui várias sugestões e propostas apresentadas pelos Senhores Vereadores.-----

Neste orçamento foram contemplados os sectores considerados mais estruturantes para o desenvolvimento do Concelho, nomeadamente a agricultura, o turismo, a educação, o sector social, o apoio às associações, o apoio aos empresários na formação e na divulgação dos seus produtos. Acrescentou que também foram contemplados os apoios às juntas de freguesia, às diversas coletividades e à ampliação da zona industrial.-----

Relativamente à receita, como medida de apoio à dinamização da economia local, fez saber que o Município mantém a isenção da Derrama.-----

Por outro lado, e no que diz respeito à despesa, transmitiu que foi possível disponibilizar recursos financeiros que permitirão e garantirão a realização da componente nacional associada à realização dos projetos cofinanciados no Portugal2020.-----

O orçamento prevê ainda, a concretização dos investimentos aprovados no âmbito do Portugal2020, designadamente, o Plano de Regeneração Urbana (PARU'S) e a Recuperação e Requalificação do Património Cultural e natural, dando como exemplo as freguesias de Longroiva e Marialva.-----

Destacou a inclusão de recursos destinados à Requalificação e Beneficiação em todas as freguesias do Concelho.-----

Realçou outros investimentos, tais como a Requalificação da Escola Básica; a construção do Pavilhão de Feiras e Eventos; o investimento na rede elétrica do Concelho; a Requalificação do Castelo de Longroiva; o Centro Interpretativo de Longroiva e Coriscada.-----

Reiterou que é um orçamento bastante ambicioso, que vai requerer de todos (Executivo) muita força e determinação para que se possa concretizar.-----

O Senhor Deputado Municipal Pedro Lourenço (PS) disse que é com satisfação que vê este orçamento, porque nele estão vertidas propostas apresentadas por todos os Senhores Vereadores, sublinhando que é assim que deve ser e só dessa forma o Concelho evoluirá.-----
Congratulou-se pela aprovação no Executivo.-----

Congratulou-se pelas medidas que acabou de ouvir, nomeadamente a Requalificação da Escola Básica, a construção do Pavilhão para Feiras e Eventos, a Requalificação do Castelo de Longroiva e o Centro Interpretativo.-----

A terminar disse que, na sua opinião, este é um orçamento exequível, que pode ser feito e que tem que ser cumprido.-----

O Senhor Deputado Municipal Jorge Lourenço (PSD) Presidente da Junta de Freguesia do Poço do Canto saudou de forma especial os Senhores Vereadores da Oposição pela capacidade que tiveram de se sentar a uma mesa e discutir este orçamento. -----

Expôs que sendo este um orçamento ambicioso, apelava ao Executivo para se rodear dos melhores a fim de levar o presente orçamento a bom porto.-----

Quanto à freguesia do Poço do Canto, verificou que do orçamento constam algumas medidas que são do seu agrado, salientando a ampliação do cemitério.-----

Observou que consta do orçamento uma verba para a Adega Cooperativa de Mêda, clarificando que não é contra a ajuda às Cooperativas, mas a freguesia do Poço do Canto também possui uma Cooperativa de Olivicultores, pelo que, também gostaria de ver plasmada no orçamento uma verba para a mesma.-----

O Senhor Deputado Municipal Lúcio Lourenço (CDS/PP) disse que o orçamento é um orçamento bastante desenvolvido, mas não tanto específico como a Bancada do CDS/PP gostaria de o ver, o que cria demasiadas dúvidas. Especificou que existem rubricas demasiado abrangentes, o que leva a que não seja possível descortinar o que está previsto nessas mesmas rubricas. Neste âmbito colocou uma série de questões ao Senhor Presidente da Câmara. Reportou-se ao quadro 4, da despesa corrente, mais concretamente despesas com pessoal, do qual consta uma verba no valor de três milhões, duzentos e cinquenta e oito mil. Na rubrica “aquisição de bens e serviços”, encontra-se afeta uma verba de dois milhões, oitocentos e oitenta e oito mil. Perguntou o que é que está incluído nas despesas com pessoal e se na rubrica aquisição de bens e serviços também estão incluídas algumas despesas de pessoal.-----
No quadro 5, relativamente às despesas de capital, passivos financeiros oitocentos e quarenta e cinco mil euros. Indagou o que é que isto representa e o que está incluído nesses passivos financeiros.-----

No quadro 8, “turismo e cultura”, estão disponíveis quatrocentos e trinta e um mil, quinhentos e dois euros para a cultura, pelo que, e tendo em conta a verba disponibilizada, questionou o quais os eventos previstos.-----

Para o turismo encontra-se disponível uma verba de um milhão cento e oitenta e oito mil. Perguntou quais os projetos em termos de turismo e qual o método utilizado para chegar a estes valores.-----

Na rubrica “outros trabalhos especificados” está prevista uma verba de oitocentos e vinte e nove mil, oitocentos e quarenta e cinco euros, gostava de saber o que está incluído nesta rubrica.-----

Sobre o pessoal, gostava de saber se a Câmara possui, não só, um quadro estatístico quantitativo ou se possui um quadro de pessoal com organograma e conteúdo funcional. Isto porque, caso não exista quadro de pessoal com organograma e conteúdo, torna-se mais difícil apurar as necessidades que existem em termos de pessoal.-----

Salientou que não conseguiu apurar o montante disponível para despesas de representação.---
Quis saber quantas pessoas têm cartão de crédito ou de débito da Câmara e quem está autorizado a utilizá-lo.-----

A terminar, perguntou se existe algum controle sobre as verbas subsidiadas às coletividades locais, nomeadamente, se as mesmas prestam contas.-----

Quanto ao Regulamento de Taxas, gostava de ter acesso ao estudo económico que serve de suporte à quantificação das taxas aplicadas pela Câmara para apurar se a quantificação das taxas que estão previstas no Regulamento se encontram ajustadas aos serviços prestados.-----

O Senhor Deputado Municipal Fernando Jesus (CDS/PP) disse que da análise que fez ao orçamento, verificou que este é um orçamento “ mais do mesmo”.-----

Já que o Senhor Presidente designou este orçamento de “ambicioso”, sugeriu que essa ambição seja iniciada através da criação de empregos.-----

Sobre a zona industrial disse ter ficado com a dúvida se vai ser criada uma zona industrial ou se vão ser reativados lotes da antiga zona industrial.-----

O património foi dividido em património cultural e património natural. No que diz respeito ao património natural, é perceptível que este se refere a Longroiva e Marialva. Já no que diz

respeito ao património natural, ficou sem perceber qual é a intenção do Executivo, pelo que, gostava que o Senhor Presidente esclarecesse esta Assembleia quanto a esta matéria. Neste contexto, lamentou que a freguesia de Ranhados nunca seja contemplada em termos de orçamento.-----

Deu os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara, por, pela primeira vez ter sido atribuído um apoio a uma cooperativa.-----

Finalizou dizendo que, na sua opinião, não é só a Cooperativa de Mêda que deve ser contemplada com um apoio, mas sim todas as Cooperativas do Concelho, até porque assim o obriga a Constituição da República.-----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Vice-Presidente.-----

O Senhor Vice-Presidente, Paulo Esteves, no uso da palavra, cumprimentou os presentes.-----

Começou por responder às questões levantadas pelo Senhor Deputado Municipal Lúcio Lourenço.-----

Sobre as despesas com pessoal, informou que todas as despesas se encontram plasmadas no documento enviado aos Senhores Deputados. Sobre esta matéria, sugeriu ao Senhor Deputado que consulte as Grandes Opções do Plano.-----

Quanto às várias rubricas que aparecem no orçamento com a designação "Outros", o Senhor Vice-Presidente sugeriu, mais uma vez, ao Senhor Deputado a consulta ao documento intitulado Grandes Opções do Plano. Especificou que nesse documento, o Senhor Deputado, consegue obter todas as informações sobre quais os serviços/projetos que estão previstos em cada uma das rubricas.-----

Relativamente à questão colocada sobre cartões de crédito e débito, enfatizou que essa questão nem se coloca. Proclamou que na Câmara não existem cartões de débito, quanto mais de crédito.-----

Sobre o Regulamento de Taxas e o estudo económico que foi feito, informou o Senhor Deputado, que todos esses documentos se encontram disponíveis para consulta no site da Câmara Municipal.-----

Às questões colocadas pelo Senhor Deputado Municipal Fernando Jesus, sobre o património natural, transmitiu que a verba disponível nessa rubrica é de vinte e cinco mil euros referente a uma candidatura que a Câmara fez através da CIM.-----

O Senhor Deputado Municipal Lúcio Lourenço (CDS/PP), no uso da palavra para obter algumas respostas do Senhor Vice-Presidente a questões por si colocadas, que não lograra obter há pouco. Disse que o senhor Vice-Presidente não respondeu à questão colocada sobre o controlo dos subsídios atribuídos às coletividades.-----

Relativamente às restantes questões colocadas, solicitou ao Senhor Vice-Presidente, que faça um esclarecimento pormenorizado das mesmas, para que esta Assembleia tome decisões conscientes.-----

O Senhor Vice-Presidente, Paulo Esteves é de opinião que, os Senhores Deputados, quando vão para as sessões da Assembleia, vão devidamente esclarecidos, até porque a documentação é-lhes enviada atempadamente. Reiterou que, as respostas às questões colocadas pelo Senhor Deputado, encontram-se previstas nas Grandes Opções do Plano.-----

O Senhor Deputado Municipal Lúcio Lourenço (CDS/PP) novamente no uso da palavra, perguntou onde é que pode consultar o conteúdo funcional dos colaboradores do Município.--

O Senhor Vice-Presidente, Paulo Esteves respondeu ao Senhor Deputado que o conteúdo funcional dos colaboradores do Município está publicado em Diário da República, aquando da última alteração ao organograma do Município, em dois mil e treze.-----

Susana
Silva

Informou que, de acordo com o Regulamento de Atribuição de Subsídios, para que seja atribuído um subsídio a uma coletividade, é necessário que a mesma apresente o plano de atividades.-----

O Senhor Deputado Municipal Paulo Amaral (PSD) transmitiu que a Bancada do PSD se revê na posição do seu Vereador, pelo que abster-se-á.-----

O Senhor Presidente da Assembleia, dado que mais ninguém desejara intervir, encerrou o debate e submeteu à votação a **Proposta de Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria e por minuta** com os **votos a favor** do PS; CDS/PP; quatro (4) Deputados Municipais IND; os **votos contra** de quatro (4) Deputados Municipais do CDS/PP (Fernando Jesus, António Ramos, Hermínio Albino e Lúcio Pimentel); e as **abstenções** de quatro (4) Deputados Municipais do PSD (Paulo Amaral, António Almeida, Jorge Lourenço e Fernando Lopes).-----

PONTO 11 - Apreciação do Mapa de Pessoal para o ano de 2018, nos termos da alínea o) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais publicado em Anexo à Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;-----

O Senhor Presidente da Assembleia, dado que mais ninguém desejara intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação o **Mapa de Pessoal para o ano de 2018**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria e por minuta** com os **votos a favor** do PS; CDS/PP; PSD; quatro (4) Deputados Municipais IND; e os **votos contra** de quatro (4) Deputados Municipais do CDS/PP (Fernando Jesus, António Ramos, Hermínio Albino e Lúcio Pimentel).-----

PONTO 12 - Para conhecimento, comunicação dos encargos com contratos de aquisição de serviços, nos termos do n.º 4 do artigo 49.º da Lei do Orçamento de Estado para 2017;-----

A Assembleia **tomou conhecimento** da comunicação dos encargos com contratos de aquisição de serviços.-----

PONTO 13 - Apreciação da Proposta 02/PAM/2017 - Aprovação em minuta do texto das Deliberações da Assembleia Municipal de Mêda, ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, bem como do previsto nos n.ºs 4 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro;-----

(Esta proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Assembleia e distribuída aos Senhores Deputados Municipais, junta-se à presente ata como anexo VI e dela faz parte integrante).-----

O Senhor Deputado Municipal Lúcio Lourenço (CDS/PP) perguntou ao Senhor Presidente da Assembleia o que é que acontece se aprovarem uma ata que não está em conformidade com a minuta provisória.-----

O Senhor Presidente da Assembleia respondeu ao Senhor Deputado que o Código do Procedimento Administrativo prevê estas situações. Caso a ata não seja aprovada, existe uma condição resolutiva de eficácia da deliberação tomada anteriormente.-----

O Senhor Deputado Municipal Lúcio Lourenço (CDS/PP), mostrou-se disponível para aprovar em minuta qualquer documento, desde que seja solicitado pela Câmara. Porém, aprovar esta proposta é o mesmo que passar um “cheque em branco” e ficar limitado ou condicionado a todos os mecanismos do CPA.-----

Finalizou, apelando ao bom senso de todos os presentes para que não passem “cheques em branco”.-----

O Senhor Presidente da Assembleia, esclareceu que a proposta se refere a documentos em que é necessário entrarem em vigor de imediato, como é o caso do orçamento. Reiterou que a proposta apresentada apenas diz respeito às propostas aprovadas na sessão de hoje.-----

O Senhor Presidente da Assembleia, dado que mais ninguém desejara intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a **Proposta 02/PAM/2017 - Aprovação em minuta do texto das Deliberações da Assembleia Municipal de Mêda**, com a devida aclaração, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria e por minuta com os votos a favor** do PS; CDS/PP; PSD; quatro (4) Deputados Municipais IND; e o **voto contra** de um (1) Deputado Municipal do CDS/PP (Lúcio Pimentel).-----

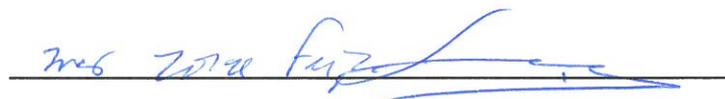
O Senhor Deputado Municipal Paulo Amaral (PSD) em nome da Bancada do PSD, desejou a todos um bom ano de 2018, com muito sucesso para o Município e para os munícipes.-----

O Senhor Presidente da Assembleia desejou a todos um ótimo ano de 2018.-----

ENCERRAMENTO:-----

Nada mais havendo a tratar às quinze horas e quarenta e dois minutos, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a Sessão.-----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos Membros da Mesa e por mim, Susana Maria Borrego Silva, Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, que secretariei.-----



António Oscar Dias de Amaral


Susana Maria Borrego Silva